

# Representações do feminino em *Quarto de despejo*: a literatura de Carolina sob os vieses da educação e das questões de gênero

## Representaciones de lo femenino en *Quarto de despejo*: La literatura de Carolina bajo los sesgos de la educación y las cuestiones de género

Ana Carolina da Silva

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

ninacarolinadasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-3131-973X>

**RESUMO:** Este artigo constitui um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Propomos-nos, portanto, a discutir a importância da literatura marginal dentro do universo educacional como impulsora de debates sobre as questões de gênero, performatividade, narrativa de si e do outro, reconhecendo que a educação, enquanto instrumento de modificação da sociedade e formação do sujeito, possui uma força que não apenas libera o educando, mas também produz outras formas de inteligibilidade dos sujeitos. Por meio de uma abordagem qualitativa, analisamos como emergem as representações do feminino em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, reconhecendo nessa obra a exemplar potência da literatura marginal frente à necessidade de discussão sobre questões sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura marginal; Questões de gênero; Educação; Carolina Maria de Jesus; Quarto de despejo.

**RESUMEN:** Este artículo es un extracto de la tesis de maestría desarrollada en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Ouro Preto. Proponemos, por lo tanto, discutir la importancia de la literatura marginal en el universo educativo como impulsora de debates sobre cuestiones de género, performatividad y narrativas del yo y la alteridad, reconociendo que la educación, como instrumento para transformar la sociedad y moldear al individuo, posee un poder que no solo libera al aprendiz, sino que también produce otras formas de inteligibilidad para los sujetos. A través de un enfoque cualitativo, analizamos cómo emergen las representaciones de lo femenino en *Quarto de despejo: diario de uma favelada* (1960) de Carolina María de Jesús, reconociendo en esta obra el poder ejemplar de la literatura marginal para abordar la necesidad de debate sobre cuestiones sociales.

**PALABRAS-CLAVE:** Literatura marginal; Cuestiones de género; Educación; Carolina María de Jesús; Cuarto de despejo.

## As confluências entre gênero e literatura marginal na educação

Quando voltamos nosso olhar para o universo educacional e toda a sua complexidade, suas estruturas e seus objetivos, percebemos que não há fenômeno social que não reflete diretamente na educação e na vida dos indivíduos a ela relacionados. Sendo a escola aquele microcosmo repleto de gente proveniente dos mais diversos contextos e funcionando a partir de influências das mais distintas naturezas, todo fenômeno social que é ali produzido ou reproduzido é também passível de investigação, podendo despertar o interesse de quem sabe que dentro da escola muitas das estruturas da sociedade podem ser observadas, analisadas e, quiçá, inicialmente modificadas. O potencial da Educação, para alguns tão evidente, para outros tão negligenciado, tem se mostrado abundante no que diz respeito a temas, assuntos e categorias/noções quando tomado como objeto de estudo, principalmente se compreendemos o sujeito e a sociedade como indissociáveis e consideramos que toda ação relacionada à Educação tem influência e consequência diretas tanto dentro quanto fora da escola.

A Educação, enquanto instrumento de modificação da sociedade e formação do sujeito, possui uma força que não apenas liberta o educando, mas que também produz outras formas de inteligibilidade dos sujeitos, dando ao/a estudante contextos discursivos para compreender e questionar a sociedade que o constrói e que é construída por ele, recusando processos que negam outras formas de existência que desafiam a heteronormatividade, lembrando que

não existe indivíduo sem sociedade, nem sociedade sem indivíduos, que uma e outra são produtos e fatores de uma situação única – vida social – e que essa situação por isso mesmo que é o resultado de uma constante interação de elementos diversos, é essencialmente móvel e dinâmica, para logo percebemos (*sic*) que não existe o problema do *indivíduo* versus *sociedade*. (Dewey, 2010, p. 50)

A condição de desigualdade social, no que tange à hierarquia de poder e à liberdade do corpo em que muitos indivíduos vivem, produz sujeitos articuladores de vozes desconsideradas dentro de uma sociedade hostil, machista e preconceituosa que insiste em mantê-los à margem da produção do regime de verdade, subalternizados, e tratá-los como sujeitos constituídos por estígmas que os desvalorizam.

Partindo desta compreensão e pensando na literatura dentro da escola, tendo em mente o que vamos chamar de função social da literatura, sendo que, segundo Antonio Cândido, “a função social (ou “razão de ser sociológica”, para falar como

Malinowski) comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade" (2006, p. 54), e sabendo também da importância da literatura enquanto componente do currículo básico educacional brasileiro, cabe aqui a tentativa de junção da discussão de gênero e da utilização da literatura marginal como propulsora de debates sobre questões sociais. A respeito dessa função da literatura, Mei Hua Soares (2008), tratando da relação entre a literatura marginal-periférica e a escola, diz:

Com relação à ideia de função da literatura podemos depreender que, como expressão artística, a literatura provavelmente não poderia ser reduzida a apenas uma função, que já a arte consiste em fenômeno altamente complexo, que atinge camadas diversas e projeta-se ao longo dos tempos e do espaço entre os seres. Mas enquanto disciplina curricular, matéria escolar, a literatura acaba prestando-se a determinados objetivos que não apenas artísticos, mas pedagógicos-educacionais. Eis aqui então um problema: se a arte é praticamente indefinível devido a sua complexidade, o que surge nas escolas parece ser apenas uma das facetas da literatura, ou seja, a literatura aparece na escola como arte escolarizada, engavetada, chapada, não mais múltipla e dotada de excentricidades e desdobramentos. Mesmo assim, continua a consistir em um instrumento subversivo, até mesmo no combate a esse "engessamento" escolar a que foi condicionada. (Soares, 2008, p. 27-28)

Quando falamos de literatura, vemos que a relação entre autor/a-obra-leitor/a permite que vários assuntos, sendo eles das mais diferentes naturezas, possam ser escritos, lidos e interpretados (além de assimilados) nos mais variados tempos e espaços e com as mais diversas finalidades. O desenvolvimento da criticidade de um/a cidadão/ã perpassa pelo modo como ele/a absorve e entende tudo o que acontece à sua volta, inclusive tudo aquilo que lhe chega por meio da linguagem verbal e não-verbal. Cabe refletirmos que o entendimento do que se passa na sociedade como um todo e como isso afeta a própria Carolina de Jesus e a cada um dos que a rodeiam são assuntos largamente tratados por essa autora em seu diário. Sua compreensão política acerca dos fatos que constroem seu dia-a-dia mesclados com seus desabafos ante tanta injustiça e sensação de impotência são, na verdade, críticas pesadas e ferrenhas a todo um sistema que pouco se empenha em garantir o mínimo para a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de miséria; e esse quadro tende a ser mais opressor e abusivo caso a sociedade não te reconheça como um homem branco dentro desse sistema perverso. Carolina nunca se sentiu parte da favela, também nunca concordou com a

situação de vida daqueles que ali residiam com ela e sempre teve consciência de que, para ela, mulher e negra, as possibilidades de ação inevitavelmente seriam mais escassas e mais espessas. Por meio da sua literatura, ela provou que se faria ouvir, se faria entender e nos colocaria em contato com um relato potente proveniente de uma voz forte, de um discurso enérgico de uma mulher que se indigna com as condições da realidade e exige respostas. Um exemplo disso nos é dado por Carolina que, em meio à miséria que a assola ali no contexto da favela do Canindé, não adere à ideia de que a vida seria mais fácil, menos triste, simplesmente por estar acompanhada de um homem:

3 de maio: Hoje é domingo. Eu vou passar o dia em casa. Não tenho nada para comer. Hoje eu estou nervosa, desorientada e triste. Tem um português que quer morar comigo. Mas eu não preciso de homem. Eu já lhe supliquei para não vir aborrecer-me. (Jesus, 1969, p. 155)

Sendo assim, a literatura atua também como um agente propulsor na ampliação das possibilidades de performatividades de gênero, de modo que a desigualdade de condições e a subalternização não sejam tomadas como destino inevitável na experiência dos sujeitos, mas como plano de fundo de discussões, problematizações e reflexões acerca das relações sociais.

É um fato sabermos que a literatura, enquanto conjunto de obras carregadas de sentido sendo formuladas por autores/as com suas intenções, sejam elas pessoais, políticas ou culturais, tende a fazer parte da vida da grande maioria dos/as cidadãos/ás brasileiros/as ao menos por alguns anos (talvez apenas os anos escolares), visto a obrigatoriedade do ensino dessa área do conhecimento inserida no currículo escolar nacional. No entanto, também é um fato que a literatura não se restringe apenas ao que tem sido ensinado na escola atualmente, ou seja, uma quantidade infinidável de autores e de obras com datas a serem memorizadas, tudo dividido metodicamente em escolas literárias com datas de início e fim. “[...] Como formar leitores críticos e autônomos, preparando-os com um material que carece ele próprio de certa dose de autonomia e crítica, a reproduzir na maior parte das vezes, normas e discursos já padronizados?” (Faria, 2009, p. 66).

O próprio conceito de cânones tem na sua origem e utilização ao longo do tempo a explicação para esse nosso incômodo latente. Ao discutir alguns estudos acerca do cânones, Silvio Pereira da Silva (2015) encontra nas palavras de Leyla Perrone-Moisés a explicação sobre esse conceito e afirma:

Leyla Perrone-Moisés (1998), ao discutir o cânone, afirma que o termo é de origem grega *kánon*, e remete à ideia de regra, modelo ou norma, usado inicialmente no campo religioso, relacionado, em princípio, às normas de conduta moral e, posteriormente, passa a ser utilizado também para se referir a livros importantes da Igreja: a um conjunto de textos considerados autênticos e inspirados por Deus para orientar os cristãos. [...] A aplicação do termo aos livros de literatura ocorre, segundo a autora, na Idade Média, quando adquire o sentido de lista, onde constam obras e escritores merecedores de deferência ou destaque. (Silva, 2015, p. 202)

De acordo com esse autor, durante muito tempo essa ideia de cânone foi usada para selecionar, classificar, separar e avaliar o que era digno de atenção ou não segundo as determinações das forças religiosas. Com o tempo, o conceito de cânone passou a se aliar ao conceito de clássico, definindo textos e autores seletos, que transcendem o tempo e revelam valores tomados como universais (Silva, 2015, p. 202). Compreendemos que o processo de classificação é inerente à literatura e à cultura em si, no entanto, não podemos ignorar o fato de que isso também se torna uma forma de marginalização, discriminação e separação, visto que o que não é considerado importante culturalmente tende a ser reprimido e desconsiderado.

Paralelamente à discriminação da literatura marginal em relação ao cânone, podemos pensar na repressão que as questões de gênero têm sofrido dentro do universo educacional. Esse tema tem sido visto como *maldito*, impróprio para discussões escolares, embora seja previsto e respaldado pelos Planos de Educação. De acordo com Reis e Eggert (2017, p. 18),

percebe-se que se formou uma aliança composta por evangélicos e católicos mais ortodoxos, quando não fundamentalistas, bem como organizações conservadoras/reacionárias que defendem o que chamam de família e costumes tradicionais, unidas em divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo ratificado internacional e nacionalmente há décadas com a intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero.

É perceptível a propagação de discursos que pregam o medo e a desconfiança quanto à realização desse tipo de discussão nas escolas, sugerindo que uma conversa aberta sobre temas como gênero, sexo e sexualidades tende a influenciar os estudantes e disseminar algum tipo de inversão de valores. Questionamos, entretanto, a respeito desses mesmos valores que, na realidade, prescrevem regras e parecem sugerir que nada há de errado no fato de as mulheres serem

constantemente vistas e julgadas como subalternas, ou no fato de as experiências daqueles que vivenciam outras formas de existência que não pautadas na heteronormatividade possuírem menor valor socialmente. Essa resistência quanto à reflexão de temas tão intrínsecos ao desenvolvimento das crianças e dos/as jovens se mostra como uma empreitada da ordem do impossível, visto que as questões de gênero, sexo e sexualidades atravessam o cotidiano escolar inevitavelmente, pois esses são aspectos inerentes à formação do sujeito, à construção de sua subjetividade e à sua relação com os demais sujeitos com os quais tem contato.

Sabe-se que a literatura marginal faz-se muito ampla devido ao fato de poder possuir mais de um significado dentro do universo literário. Segundo Érica Peçanha do Nascimento (2006), a “[...] literatura marginal se tornou uma rubrica ampla que abrange a inserção dos escritores no mercado editorial, as características dos produtos literários, um tipo de atuação literária-cultural, ou ainda, a condição social do escritor.” (p. 12). E cada um desses aspectos tende a influenciar efetivamente na obra literária, seja nos efeitos de produção de sentido, seja na estrutura física da obra produzida, no que diz respeito ao seu meio de veiculação. Lembrando o que diz Otacílio de Oliveira Júnior (2016, p. 71):

No mínimo podemos dizer que enquanto uns celebram a literatura como forma de distinção social, nos lembramos de que essa distinção é veículo de violência. [...] O conjunto de experiências nomeadas como Literatura Marginal Periférica é parte desse longo processo de apropriação do universo letrado por grupos em posição de subalternidade no Brasil.

Um aspecto que favorece a utilização de obras literárias marginais como forma de letramento e instrumento de conscientização no âmbito escolar consiste nas atividades de reflexão social que essas obras podem proporcionar quando utilizadas ao longo das aulas de literatura.

Caso esse tipo de discussão seja efetivado, os debates proporcionados por obras da literatura marginal serão potencialmente regados a discussões sociais mais próximas da realidade de alguns contextos existentes na sociedade, o que tende a favorecer a escola na sua função de formadora de sujeitos que consigam com facilidade refletir e criticar aquilo que acontece nos mais variados contextos do seu país. De acordo com Faria (2009, p. 33):

Entende-se que o conhecimento considerado mais importante pode ser definido a partir das características do indivíduo a ser formado tais como: que tipo de pessoas queremos formar? Qual perfil é mais adequado para a sociedade

que almejamos – o perfil racional e ilustrado do ideal humanista de educação ou o perfil competitivo e competente, de modo a se encaixar nos moldes neoliberais de educação? Ou um sujeito crítico, capaz de analisar agudamente os arranjos sociais existentes?

Por ser uma esfera literária que abarca o não-canônico, aceita-se, na literatura marginal, que o espaço de discussão tenha por base assuntos estigmatizados socialmente. Temos, assim, autores/as pertencentes à margem de uma sociedade completamente hostil a tudo aquilo que foge do padrão, da “normalidade” coberta por uma colonialidade capitalista neoliberal, tentando imortalizar suas vozes, transformando os problemas cotidianos enfrentados por eles/as próprios/as e seus semelhantes em poesia, teatro, prosa e tantas outras formas de literatura.

## **A potência de Carolina: sua vida em sua voz**

É por meio dessa autora que temos discutido e problematizado o lugar da mulher na sociedade, a forma com que sua literatura é feita, recebida e aceita pelos demais e a visão feminista da realidade social a qual pretende retratar, denunciar e modificar, ou simplesmente escrever, quando o refúgio para o caos externo se encontra no trabalho de significação das palavras que traduzem o seu caos interno. Ao nos depararmos com a obra de Carolina Maria de Jesus, datada dos anos 50, percebemos-nos envolvidos em uma narrativa que denuncia o descaso da sociedade para com uma mulher negra, pobre, favelada, chefe de família, catadora de papelão e que sonha em ser reconhecida pelo seu trabalho sensível com as palavras por meio da literatura, que sonha não ser apenas mais uma pessoa invisível no mundo devido à sua condição social. Seus relatos desmascaram a forma como sofrem os marginalizados. Todavia, ela despertou o interesse do seu entorno, ganhou notoriedade, público e crítica; ela gritou e se fez ouvir.

Queremos ouvir sua voz, dedicando tempo e abrindo espaço para o discurso dessa mulher – queremos que os seus gritos ecoem pelos cantos, pelos entornos e pelos meios, demonstrando resistência e força nos meios educacionais, tanto escolares quanto acadêmicos. Queremos encontrar caminhos para que a literatura contribua, desse modo, para uma boa formação dos sujeitos e para a criação de formas de inteligibilidade desses sujeitos.

Muito tem sido dito sobre essa escritora tão singular no campo das pesquisas acadêmicas, visto que seu discurso foi ganhando reconhecimento com o passar do tempo e com a abertura gradual do espaço acadêmico para a discussão sobre essas questões sociais.

Quando voltamos nosso olhar para a representação do feminino na obra de Carolina de Jesus, deparamo-nos com Fabiana Souza V. C. Macena (2017) que, ao fazer essa relação entre a subjetividade feminina e o que relata Carolina, nos diz que

por sua condição de subalternidade, a mulher será severamente julgada pelo seu comportamento e, quase sempre responsabilizada pelas consequências daquilo que a sociedade considera uma “má escolha”. Tende-se a propagar o discurso e, portanto, solidificar o juízo de que, realmente, existe uma escolha. Se a mulher não é casada, é desse fato que advém suas adversidades. Se contraiu matrimônio e mesmo assim vive na miséria e sofre violências, é porque não soube eleger um bom marido. Se os filhos não se encaixam nos padrões do correto e do moral, é porque ela não cumpriu devidamente o seu papel de mãe. E assim, em um infinito desdobramento de condicionais, a mulher tende a ser culpabilizada pelos males que sobre ela incidem (p. 43).

Em concordância com Macena (2017), também defendemos que se deva compreender que, em relação à literatura, “a partir da escrita feminina, a mulher alcança a chance de expressar seus pensamentos, questionar concepções cristalizadas e [...] propor uma nova percepção sobre o feminino ou participar daquela que já está sendo construída” (p. 44), assim como faz Carolina Maria de Jesus em seu diário, o que nos permite observar “como uma mulher fala da própria mulher e de questões como maternidade e sexualidade” (p. 52).

Também cabe pensarmos na contradição apontada por Fernanda Rodrigues de Miranda (2013) em relação ao epíteto de *escritora favelada* atribuído à autora, visto que, segundo Miranda, ele “não condiz com a construção literária de Carolina Maria de Jesus, pois restringe seu campo discursivo ao universo do qual ela própria buscou afastar-se” (p. 16). Vemos que, apesar de ser a “precuradora da Literatura Periférica no sentido de que ela é a primeira autora brasileira de fôlego a constituir a tessitura de sua palavra a partir das experiências no espaço da favela” (p. 16), Carolina sempre buscou seu reconhecimento como uma escritora de literatura, se mostrando (e lutando para assim ser vista) como uma poetisa, contista e compositora gabaritada, que tende a relatar a vida na favela como uma condição social e não uma escolha.

Ao defender a ideia da análise de gênero em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, evidenciamos que não se trata apenas de um estudo científico puramente acadêmico, mas, sobretudo, de um exercício pedagógico crítico, reflexivo e necessário ante nosso cenário social, se observado a nível político e cultural. Como nos diz Elzira Divina Perpétua (2014), “título, subtítulo, ilustrações, apresentação, capa, orelhas, enfim, tudo o que forma o

paratexto de *Quarto de despejo* direciona o leitor para uma leitura sociológica do diário de Carolina de Jesus" (p. 25). Nesse livro, "os enunciados apontam para relações de poder, inseridos em formações discursivas e constitutivos da memória e dos efeitos dessas memórias em formulações de redes de significações da história dos sujeitos. Isso porque a atualidade carrega, inevitavelmente, marcas dessas memórias" (Bassani, 2018, p. 40). Estamos tratando aqui de uma fantástica obra brasileira co-fabricada, no entanto, pelo seu contexto, pelo seu entorno; que é um produto das ações misóginas e racistas da sociedade sobre um sujeito denominado Carolina ao mesmo tempo em que é um produto da expressão da subjetividade desse sujeito Carolina como estratégia de sobrevivência em meio ao caos. De acordo com Claudeni Alves do Nascimento (2012) e seu olhar sobre a voz autoral feminina nas obras de Carolina de Jesus e Toni Morrison, "não há como medir o alcance e a profundidade que a relação com a literatura pode provocar em uma pessoa. Talvez nem mesmo o próprio indivíduo consiga, conscientemente, apontar tal influência" (p. 43). E, mesmo não conseguindo mensurar a potencialidade dessa relação em sua própria vida, estamos lidando aqui com uma das autoras nacionais que mais acreditaram na força da literatura como meio de relatar a realidade sob sua perspectiva em formato de retrato, análise e denúncia e no poder do mercado literário como meio de mobilidade social. "A perspicácia do olhar de Carolina sobre o olhar do outro aliada a sua capacidade de constituir-se em narrador na descrição de expressões humanas e de situações do cotidiano conferem ao seu diário o poder de desnudar o dia-a-dia que não é só seu" (Perpétua, 2014, p. 43).

Justamente por não suportar o que lhe acontecia enquanto mulher preta e mãe situada na favela, ela utilizou esses acontecimentos e a sua potente capacidade de assimilação, reflexão e crítica acerca deles como instrumento de mudança: reconhecendo o prestígio social que possuem os/as escritores/as de Literatura e sabendo-se uma autêntica escritora brasileira, sua busca pelo reconhecimento e pela afirmação de sua subjetividade resultou em uma obra cuja densidade psicológica da própria autora chama tanto a atenção dos/as leitores/as quanto os tristes episódios por ela relatados. "Em *Quarto de despejo*, temos inúmeros exemplos de como a função fundamental do diário, ainda que sendo escrito com vistas à publicação, é a de deixar aflorar o eu inconsciente que persegue uma identidade no próprio ato da escrita, permitindo a Carolina uma auto-análise" (Perpétua, 2014, p. 255). Enquanto ela relata o entorno, ela se posiciona nele e relata a si própria, pois, "tendo o contexto histórico-geográfico como a paisagem real, Carolina olha para si e para os outros *eus* que consigo interagem" (Perpétua,

2014, p. 260). Aqui podemos analisar que a auto-análise de Carolina transcendia uma narrativa, passando para aquilo que Judith Butler (2015) define como relato de si, da posição de um sujeito que se constitui como reflexivo diante da inquirição que sofre e de seu desejo de relatar sua forma de existência. Ou seja, “ao falar do Canindé como simples observadora, ela também fala de si mesma, tanto em relação ao microcosmo representado pelos vizinhos, quanto ao macrocosmo social e anônimo, representado, por sua vez, pela figura de homens públicos e pela sociedade em geral” (Perpétua, 2014, p. 259). Assim, “não se trata apenas de a ética se encontrar envolvida na tarefa da teoria social, mas a teoria social, se tiver que produzir resultados não violentos, deve encontrar um lugar de vida para esse ‘eu’.” (Butler, 2015, p. 19). E o público e a mídia da época reconheceram isso.

Historicamente, o êxito do livro de Carolina pode ser explicado junto às causas que confluíram para o aparecimento de um modelo de sujeito, que divergia da imagem do escritor de renome e de textos então canonizados pela instituição literária. Sabe-se que, no limiar dos anos 1960, as vozes das chamadas minorias sociais – entre outras, negros, homossexuais, prisioneiros, operários, mulheres – passam a ser articuladas também como produtoras de escrita, não raras vezes, de cunho autobiográfico. (Perpétua, 2014, p. 23)

Carolina vivenciou extremos ao longo da vida: miséria, fama, esquecimento, depressão. Foi a responsável por nadar contra a maré e conseguir o reconhecimento tão almejado por ela durante boa parte de sua vida, parte essa da vida em que teve que se ver cara a cara com o pior do que essa sociedade perversa oferece. Carolina deixou registrado, por meio de seu diário e de sua existência, que as condições impostas e em vigência para quem é mulher, negra e pobre são injustas, penosas e cruéis.

[...] a figura de Carolina de Jesus, cuja moradia se confundia no anonimato da descrição dos barracos, aparece como uma exceção ao silêncio dos outros, em sua função de representá-los. Sua escrita começa, então, a convergir para o caráter de funcionamento representativo da coletividade [...]. (Perpétua, 2014, p. 73)

Elá nos possibilita em seu diário adentrar o cotidiano daqueles e daquelas moradoras da favela, em sua maioria de pele preta, que há muito pouco tempo na história da escravidão seriam tratados e vistos como animais sem alma nem valor e perceber que, mesmo depois dessas poucas décadas, a consciência a respeito do corpo negro, do sujeito negro, ainda não tinha se desenvolvido de modo satisfatório. A escravidão foi abolida em 1888, o livro foi lançado em 1960: 72

anos de distância entre esses dois fatos e o contexto ainda era tão crítico e hostil quanto era possível ser. Sabemos que até hoje, em 2025, as lutas já foram várias e as vitórias muitas, mas seguimos lutando ainda pelo básico: poder sermos nós, poder fazer valer a nossa existência e a nossa subjetividade longe das sombras dos estigmas e das opressões impostos pela colonialidade ainda existente e resistente. Atenta aos reveses políticos e sociais de seu contexto, *Quarto de despejo* é uma obra capaz de, em 183 páginas, esclarecer que democracia racial nunca existiu, que meritocracia é um conceito utópico e inviável em seu aspecto empírico e que as questões de gênero são indissociáveis das questões raciais.

## **Narrativas de si: “o diarista não pode compor, nem corrigir”**

O primeiro aspecto que deve ser colocado em evidência diz respeito ao gênero literário empregado nessa obra e quais as especificidades que o formato diarístico imprime e evoca durante esse nosso processo analítico. O que significa estarmos lidando com um diário e não com outro tipo de narrativa? O que, por fim, vem a ser um diário e como Carolina se apropria desse gênero literário? A essa altura de nossa investigação, recorremos a Philippe Lejeune (2008) e suas considerações presentes na obra *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Nela, o autor define que “um diário é uma série de vestígios datados.” (p. 296), uma “atividade passageira, ou irregular” (p. 257). Seria difícil e até mesmo arriscado encararmos nosso objeto de estudo sem a consciência, embasada numa historiografia literária, de que estamos lidando com um gênero textual que emerge da esfera do íntimo, do caseiro, e socialmente associado também à esfera do feminino. Seu formato, embora fragmentado e descontínuo, diz respeito a uma ideia de apreensão do tempo baseada na escolha de alguns fatos, alguns momentos, acontecimentos, sentimentos, e não outros; diz respeito a uma construção identitária embasada, ao mesmo tempo, em lacunas e repetições (Lejeune, 2008). “É certo que o diário gostaria de ser, no tempo, o que o espelho da feiticeira é no espaço e poder concentrar numa frágil superfície a imagem total da realidade que a circunda [...]”, mas “ele é, na verdade, um filtro. Seu valor se deve justamente à seletividade e às descontinuidades. [...] É por isso que o diário raramente é um auto-retrato e quando é tomado por um, parece às vezes uma caricatura.” (Lejeune, 2008, p. 296). Contrariando o senso comum a respeito da complexidade desse gênero, o estudioso francês afirma:

[...] vou comparar o diário à improvisação musical. Esta pressupõe ao mesmo tempo o domínio da técnica e a aceitação imediata do... desconhecido. Terei

de compor a partir do traçado que a vida, muitas vezes sem perguntar minha opinião, me propõe. Como se sabe, a forma diarística é, em geral, menosprezada. Dizem que o diário não tem forma própria, é vítima da facilidade, ‘a arte daqueles que não são artistas’, como dizia Thibaudet da autobiografia. Posso provar o contrário: não há arte que obedeça a restrições tão enérgicas e tão rígidas. É uma escrita na qual todos os procedimentos comuns à tarefa são proibidos: o diarista não pode nem *compor*, nem *corrigir*. (Lejeune, 2008, p. 300)

Para Lejeune, esse aspecto invariavelmente livre do diário no momento da composição garante a não-imposição de limites rígidos quanto às decisões do autor, sejam elas de cunho estrutural ou temático. No entanto, uma vez confecionado o fragmento, uma de suas características inerentes é a espontaneidade, a fidedignidade daquele fragmento ao calor e às sensações de sua confecção. “Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento. Quando soa meia-noite, não posso mais fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia.” (Lejeune, 2008, p. 260). E aqui, ao trabalharmos com *Quarto de despejo*, encaramos de frente esse seu caráter dúbio: temos, de um lado, uma autora que assume sua vontade de apreensão do tempo por meio de fragmentos datados, livres e autênticos, que seguem o eixo temático por ela escolhido (a vida e seus desdobramentos na favela do Canindé), permitindo, por meio de suas sistemáticas repetições e suas insistentes descontinuidades, que tracemos seu perfil identitário e, portanto, subjetivo; e temos de outro lado um produto literário, repleto de colchetes e reticências que indicam cortes e supressões de caráter editorial, não autoral. Portanto, é importante notar que quem decide o que será relatado é a autora, visto que suas percepções acerca do eixo temático são unicamente suas e, de acordo com o que vemos em sua biografia, a existência dos escritos já era um fato antes mesmo da promessa de publicação (portanto, um legítimo *diário*); no entanto, a “poda” editorial não nos permite o acesso ao conteúdo integral de seus escritos (processo comum ao tratamento com documentos e não com a narrativa literária, imprimindo, pela intervenção, essa característica de acesso sociológico, já organizado por alguém). Vemos que quem se preocupa com a compreensão completa do que será publicado, quem se mobiliza quanto à recepção do diário, é a editora, não necessariamente a autora dos fragmentos.

## Narrativas da outridade: a representação do feminino na escrita de Carolina Maria de Jesus

Entendemos que discutir questões de gênero é propor, de forma aberta e profunda, uma análise do que entendemos por feminino e masculino e como isso repercute na formação do sujeito a medida em que a atribuição de um gênero a alguém dita, instantaneamente, regras relativas ao seu modo de agir em sociedade e consigo mesmo, às suas relações interpessoais, ao seu modo de se vestir, de se portar, de se comunicar e também dita regras a respeito de suas aspirações profissionais, de sua idealização de família, de suas relações afetivas, amorosas e sexuais, de sua concepção de poder e de sujeição, de sua identidade. “[...] em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão de gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status auto-idiônomo* da pessoa? Em que medida é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva de experiência?” (Butler, 2003, p. 38). São as práticas reguladoras que produzem e impõem essa coerência entre sexo biológico, papel de gênero e prática sexual estabelecendo leis que, por cobrarem uma continuidade, acabam concebendo, justamente por proibir, o que é visto como descontinuidade e incoerência de gênero (Butler, 2003, p. 38). Ou seja, na busca por criar e respaldar identidades coerentes, é a matriz normativa que determina quais formas de identidades são legítimas e podem existir e quais não são e não podem.

Ao descrever as experiências dos sujeitos-mulheres do Canindé, Carolina coloca em discussão a coerência dessa estrutura, a pertinência dessa matriz normativa que, ao impor características específicas a uma ideia de identidade padrão, desconsidera a relevância da existência de sujeitos distintos, diferentes do *ideal*. Ela descreve mulheres que sustentam a casa e a família, mulheres que apartam as brigas dos homens, mulheres que se unem para *dar uma lição* em alguém, mulheres que batem, mulheres que lutam para se manterem vivas, mulheres nada dóceis, mulheres com vícios, mulheres insubmissas, mulheres que não são *mães acima de tudo*, mulheres que não são boas companheiras... E são todas mulheres – cada uma a sua maneira, mas todas mulheres.

8 de julho de 1958 [...] Já faz uns dois anos que eu não deito durante o dia. Penso no senhor João que já há tempos estava doente. Paralisia. Ele dizia que queria morrer porque não apreciava ser sustentado pela esposa. Que a vida sem doença já é dura de conduzir. A sua esposa dona Angelina é que trabalhava para os dois. [...] (p. 88-89)

12 de junho de 1958 [...] ... O tal Valdemar hoje agrediu o senhor Alexandre com uma enxada. As mulheres interviram. Eu fico admirada do senhor Alexandre temer o Valdemar. Porque as mulheres resolutas da favela expancam o Valdemar com vassouras e chinelos. Mas, quando alguém lhe teme, ele prevalece. [...] (p. 60)

Carolina nos coloca em contato com a descrição de experiências de mulheres fortes, combativas. Ao longo de vários trechos de seu diário, nos deparamos com várias formas de ser mulher num contexto marcado pela desigualdade, pelo racismo, pela misoginia; várias formas de se manter inteira ou de cuidar dos pedaços que restam. Não há como ser dócil ou branda quando a luta pela sobrevivência é diária, quando o espaço em que se reside é desconsiderado e quando o próprio corpo (feminino e negro) é visto como um objeto renegado socialmente. O que Carolina nos descreve é que ser mulher exige virilidade, exige ao mesmo tempo resistência e adaptação, e as mulheres do *Quarto de despejo* são narradas como verdadeiros sujeitos de luta, os quais a sociedade não quer aceitar, no entanto, também não vai conseguir eliminar.

A sociedade, ao se deparar com novas práticas desse sujeito mulher, procura desenvolver estratégias para dar conta dessas mudanças na sociedade e, nesse jogo de forças, surgem novas formas de expressar a virilidade, novas formas de conduta, contracondutas e novas formas de discursivizar o sujeito mulher diante da virilidade que deixa de ser sinônimo de masculinidade e passa a apresentar novas preocupações com os corpos. (Bassani, 2018, p. 88)

A autora parece querer deixar bem claro em seu relato que, na realidade crua e desvelada, a tática para a sobrevivência da mulher é, várias vezes, a transgressão do ideal normativo. A pesquisadora Elaine da Conceição Silva (2016) também fala sobre a representação da mulher na obra de Carolina de Jesus da seguinte maneira:

[...] Carolina também forma, através de seus discursos, juízos de valor sobre o comportamento das mulheres, norteado por certa moralidade que nega à mulher a autonomia em relação a seu próprio corpo ou que a condiciona a certos papéis sociais que definem o que seja uma boa esposa, mãe e, portanto, mulher. Entretanto, suas contradições, ao invés de desqualificarem sua visão a respeito da mulher, a torna emblemática do ponto de vista literário, uma vez que representam aspectos da realidade social, estilizados e ressignificados pela escritora. (p. 63)

Se entendemos violência ética (Butler, 2015) como as formas de impedimento de os sujeitos relatarem seus sofrimentos, de dizerem da esperança que os movem,

a escrita de Carolina de Jesus pode ser compreendida como um enfrentamento dessa violência que atinge as mulheres negras e pobres. Reconhecendo a posição de controle na qual se coloca, sendo a única responsável pelas escolhas que visem o bem-estar físico e moral seu e de seus filhos, ela se recusa veementemente à ideia de ter que dividir ou até mesmo transferir esse controle a algum possível companheiro.

A autora deixa evidente ao longo do seu diário que, de fato, é contrária a toda forma bruta, agressiva e irracional de se resolver os conflitos, no entanto, reconhece ser essa a realidade de várias das pessoas com as quais convive. Sempre que se narra diante de situações nas quais pode interferir, não se vangloria: descreve suas intervenções como quem comprehende a complexidade do problema de um modo geral, mas que se sabe apenas uma, podendo, portanto, tentar modificar alguma coisa somente ao seu redor. As cenas de violência na favela às vezes eram tidas como os momentos de descontração dos marginalizados, eram a mescla da brutalidade gratuita com a diversão nefasta, tal qual briga de galos, mas sem apostas. E para se proteger e proteger seus filhos desses episódios nocivos, às vezes Carolina não intervinha, se recolhia, lamentava aquela realidade e o infortúnio de ter que estar ali.

No decorrer de toda a obra, vemos em Carolina uma autora fortemente consciente de si, do que a sua pessoa e o seu corpo representam socialmente, consciente da potência de suas ações e indignada com a injustiça que sempre sentiu e sofreu na pele. Ela se comprehende como o sujeito atuante que é e, com facilidade, lê e interpreta seu contexto, sabendo-se, portanto, mulher negra, pobre e brasileira. A questão da negritude é largamente abordada em seu discurso de modo que, por meio de seu diário, várias das complexidades do que é ser negro, ou melhor, do que é ser mulher negra e pobre no Brasil podem ser amplamente discutidas. Esse documentário praticamente autobiográfico feito à mão de Carolina nos coloca em contato com a experiência de um sujeito que se narra em situações de construção de si e de questionamento quanto às condições sociais dessa construção. Sobre essa relação entre a escrita e a subjetividade, nos fala Conceição Evaristo (2009) em seu texto “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”:

[...] insisto na constatação óbvia de que o texto, com seu ponto de vista, não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma “subjetividade” própria vai construindo a sua escrita, vai “inventando, criando” o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. (p. 18)

Ao transpor para o papel pensamentos e situações em que a questão racial aparece com o peso que realmente tem, o que lemos são exemplos reais de como o racismo fecha portas, dificulta processos e segregá pessoas todos os dias. Todos os dias.

Carolina reclama da suposta superioridade branca contra a qual é obrigada a lutar constantemente, da posição social que o corpo negro é forçado a ocupar – sem prestígio, sem credibilidade. Reclama da desqualificação de sua literatura tendo como critério sua origem étnico-racial. Reclama da falta de sensibilidade das pessoas para com a beleza de sua pele preta, de seu cabelo crespo. Carolina reconhece que sua condição de mulher, de pobre e de negra estão estruturalmente interligadas e que são os aspectos fundantes de suas características pessoais, tanto sociais quanto psicológicas. E reconhece também que a literatura, a possibilidade de relatar a si e aos outros, lhe serve como uma brecha, uma escapatória em meio à teia de opressões na qual sempre se encontrou inevitavelmente presa.

### **“assim como um rio encontrando seus afluentes”: conclusão**

Ao discorrer sobre as relações dela com as outras mulheres da favela, as relações delas entre si e as delas com os homens que ali viviam, percebemos no discurso de Carolina como agem as normas das condições de gênero na nossa sociedade até hoje. A autora que nos apresenta com incredulidade as opressões que presencia é, assim como todo indivíduo pertencente a uma cultura, também imbuída por parâmetros sociais – que podem, não raramente, parearem-se aos parâmetros dominantes. Ao analisarmos os relatos de Carolina a respeito das mulheres do Canindé baseados em seus critérios normativos, podemos perceber como a norma padrão da questão do gênero agia sobre a autora, como essas amarras ainda a apertavam, ainda condicionavam o seu olhar a respeito da questão das mulheres, da mesma forma que acontece com todo sujeito que cresce em comunidade, que se desenvolve em sociedade, que não vive isolado.

Por meio de construções discursivas personalizadas mediante sua própria trajetória de auto-instrução, Carolina nos apresenta um diário com formulações objetivas, frases curtas e condensadas, como se nos dissesse que não está com tempo para maiores explicações, como se suas sentenças fossem formuladas com a agilidade e praticidade que lhe são necessárias à sobrevivência diária. Tal qual uma nascente de um rio, seus relatos têm a capacidade de, a cada nova leitura, a cada novo olhar, fazer brotar as mais diversas sensações e percepções. Quando suas experiências narradas se chocam com as nossas experiências de vida (seus leitores), assim como um rio encontrando seus afluentes, as potentes das questões

levantadas ganham volume, ganham força para seguir o fluxo até um oceano de possibilidades interpretativas.

A potência sensível do texto de Carolina, a articulação entre seus (consoantes e divergentes) discursos, a harmonização entre o fazer literário e a vivência que desloca o padrão, a dança entre se registrar enquanto uma *mulher direita* e a consciência de que não há, de fato, uma *mulher direita* a se tornar: tudo isso são aspectos que simplesmente emergem e nos inundam após a leitura de *Quarto de despejo*. Carolina nos permite acessar particularidades de sua construção pessoal, de sua subjetividade, abrindo caminhos para novas formas de acesso à inteligibilidade dos sujeitos, novas formas de encarar e trabalhar literatura. Nossa busca é pela conscientização acerca da necessidade de mudanças teóricas, metodológicas e epistêmicas, que não permitam o apagamento, o silenciamento das mulheres negras no processo educativo. E quando a questão for a importância da relação entre nós – essas mulheres negras – e o ato da escrita, lembremos:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim também. [...] No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (Anzaldúa, 2000, p. 232)

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/%x>. Acesso em: 4 set. 2025.

BASSANI, Sandra Lúcia Dimidiuk. *Discurso, poder e virilidade do sujeito-mulher Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasileiridade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. (Texto originalmente tese de mestrado, 1996.)

FARIA, Vanessa Fabíola Silva de. *O ensino de literatura: articulação entre propostas oficiais e pesquisa universitária*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 4. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JÚNIOR, Otacílio de Oliveira. *Entre a luta, a voz e a palavra: partilhas de sentido em torno de um saraú de periferia*. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACENA, Fabiana Souza Valadão de Castro. *Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector: representações do feminino na literatura brasileira contemporânea*. 2017. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Cleideni Alves do. *Toni Morrison e Carolina Maria de Jesus: dois timbres marcantes da voz autoral feminina*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Literatura marginal: os escritores da periferia em cena*. São Paulo: USO, 2006.

PERPÉTUA, Elzira Divina. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 4 set. 2025.

SILVA, Ana Carolina da. *Gênero em Quarto de despejo: a literatura marginal como instrumento didático*. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SILVA, Eliane da Conceição. *A violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus*. 2016. 214f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016. Disponível em: [http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias\\_sociais/4127.pdf](http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/4127.pdf). Acesso em: 2 mar. 2019.

SILVA, Silvio Pereira da. *Literatura e ensino: o estudo da literatura contemporânea no livro didático de nível médio no Brasil e na Argentina*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOARES, Mei Hua. *A literatura marginal-periférica na escola*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Recebido em: 09/09/2025

Aceito em: 04/11/2025

